

O TRATAMENTO DO VOGAL NA CONSTITUIÇÃO DE 88

ELIANA CALMON ALVES*

Juíza do Tribunal Regional Federal da 1º Região

Até a Carta Política de 88, o vogal, integrante das Juntas de Conciliação e Julgamento - o Primeiro Grau da Justiça do Trabalho - não era tratado como juiz diferentemente dos colegas que, embora não-togados, nos Tribunais tinham o título de Magistrado.

Na CF de 67, dizia o art. 141, 1º, que o Tribunal Superior do Trabalho era composto de dezessete juízes com a denominação de ministros, sendo seis classistas e temporários e, em relação aos Tribunais Regionais do Trabalho, o 5º do mesmo artigo nominava o terço dos classistas temporários de juízes.

Silente a Lei Maior sobre os classistas das juntas de Conciliação e Julgamento, a Lei Orgânica da Magistratura - Lei Complementar nº 35, de 14.03.79 -, nos artigos 12 e 13, refere-se aos classistas integrantes dos Tribunais Superior e Regionais como Magistrados, mas no art. 14 assim enuncia:

"As Juntas de Conciliação e Julgamento têm a sede, a jurisdição e a composição definidas em lei, assegurada a paridade de representação entre empregadores e trabalhadores, e inadmitida a recondução dos REPRESENTANTES CLASSISTAS por mais de dois períodos de três anos" (ressalva dos grifos).

O artigo 92 do mesmo diploma nomina os cargos da Magistratura do Trabalho, sem aludir aos classistas de Primeiro Grau, mencionando os ministros do TST, os juízes dos Tribunais Regionais, os juízes do Trabalho, presidente de Junta de Conciliação e Julgamento e o juiz do Trabalho Substituto.



<http://bdjur.stj.gov.br>

* Ministra do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 30/6/1999.

ALVES, Eliana Calmon. O tratamento do vogal na constituição de 88. Correio Braziliense, Brasília, 21 nov. 1994, Caderno direito e justiça, n. 11528, p.6.

O tratamento constitucional ensejou pronunciamento judicial do Pleno do extinto Tribunal Federal de Recursos, em acórdão do teor seguinte:

"Competência - Junta de Conciliação – Vogal.

Ação penal. Infração praticada por vogal, representante dos empregados, membro de junta de conciliação e julgamento. Não compete ao Tribunal Federal de Recursos processar e julgar originariamente a ação.

Os vogais de juntas de conciliação e julgamento, com investidura limitada no tempo, não são juízes do trabalho, não integram a carreira da magistratura especializada. Competência da justiça local de primeira instância."

(IP nº 001-SP; Rel. Min. Oscar Correia Pena; Pleno, Unânime; DJ 27.06.79; Pág. 5.012).

Diferentemente, pela CF de 88, temos hoje expresso no art. 116 e parágrafo único:

"Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um juiz do Trabalho, que a presidirá, e dois JUÍZES CLASSISTAS TEMPORÁRIOS, representantes dos empregados e dos empregadores.

Parágrafo Único. Os JUÍZES CLASSISTAS DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO serão nomeados pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na forma da lei, permitida uma recondução" (ressalva dos grifos).

É preciso que se atente para a mudança de tratamento, em razão de efeitos práticos, especialmente ligados ao aspecto de competência.



Desta forma, o acórdão do extinto TFR, acima transcrito, atualmente não tem mais sentido, porque sendo os vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento juízes classistas temporários, como os nomina a Constituição, passam a ter foro por prerrogativa de função, nos termos do art. 108 da Lei Maior, ou seja, nos crimes comuns e de responsabilidade, com a só ressalva da competência da Justiça Eleitoral, como os demais juízes do Trabalho togados e da Justiça Federal, são processados e julgados pelos TRF's das áreas respectivas.

A conclusão se faz pertinente por não ser possível distinguir onde não distingue a Lei Maior.

Assim, no HC nº 94.01.19928-0/BA, julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, quando era pretendido o trancamento da ação penal por atipicidade de conduta, anulou-se *ex officio* processo penal desencadeado por denúncia do Ministério Público Federal, oferecida perante a Justiça Federal de Primeiro Grau, por incompetência funcional.

O entendimento unânime da turma julgadora foi o de que era nulo não só o processo mas até mesmo a denúncia, em razão de adotar-se, hoje, com a chancela do STF, o princípio do Promotor Natural.

Dentro desse raciocínio, somente o Ministério Público Federal com atuação nos Tribunais Regionais, é que teria legitimidade para oferecer denúncia contra juiz classista da Junta de Conciliação e Julgamento.

Em conclusão, temos:

1) a CF de 88 privilegiou os representantes classistas da Justiça do Trabalho de Primeiro Grau, ao nominá-los de juízes;



2) a diferença de tratamento não importou em mero título, mas teve efeitos práticos como, por exemplo, a garantia do foro por prerrogativa de função;

3) os juízes classistas da Justiça do Trabalho de Primeiro Grau já não podem mais ser processados pelos juízes federais, porque, nos crimes comuns e de responsabilidade, respondem a processo perante os Tribunais Regionais Federais; e

4) a denúncia contra eles oferecida deverá partir da Procuradoria Regional da República.

